

## A CEDEAO e a gestão dos conflitos violentos na África Ocidental: a intervenção no conflito violento de 1998-99 na Guiné-Bissau

ECOWAS and the management of violent conflicts in Western Africa: the intervention in the violent conflict of 1998-99 in Guinea-Bissau

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.125214>

Mário Elisandro Correia Gonçalves  
Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal  
[goncalvesmacorreia@gmail.com](mailto:goncalvesmacorreia@gmail.com) 

### Resumo

Neste artigo discutimos o conflito violento na Guiné-Bissau (1998-1999) e as intervenções para a Paz da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) neste pequeno país lusófono. Traçamos como objetivo analisar as influências das dinâmicas históricas, regionais, e institucionais tanto na eclosão da violência armada como nos processos de paz liderados pela CEDEAO. Defendemos que as contradições existentes na Guiné-Bissau e que incitaram a violência armada de 1998-1999 são consequências do processo colonial e das dinâmicas interétnicas originadas/fomentadas na luta armada para a independência do país, da forma como se processou a transição de poder de Portugal para o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e as dinâmicas de poder emergidas no pós-independência, mas propriamente, depois do golpe militar de 1980. À luz dessa abordagem histórica, do exame das dinâmicas regionais e institucionais (CEDEAO) e sob a égide dos Estudos para Paz e dos Estudos Críticos de Segurança, argumentamos que as intervenções para a paz da CEDEAO na Guiné-Bissau ficaram marcadas pelas disputas, luta pelo protagonismo entre as ex-potências coloniais, Portugal sob 'as vestes' da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a França suportando o Senegal/bloco francófono, e alguns líderes/países regionais, o que aliado às suas debilidades técnicas, financeiras e institucionais acabaram por dificultar a edificação positiva da paz no país. O estudo se desenvolve a partir da pesquisa qualitativa, conciliando fontes primárias, pesquisa documental e entrevistas semi-estruturadas com personalidades de destaque à época do conflito, e secundárias, pesquisas/revisão bibliográficas.

**Palavras-chave:** Guiné-Bissau; CEDEAO; Intervenções para a Paz.

### Abstract

In this article we discuss the violent conflict in Guinea-Bissau (1998-1999) and the Peace Interventions of the Economic Community of West African States (ECOWAS) in this small Portuguese-speaking country. We aim to analyse the influences of historical, regional, and institutional dynamics both in the outbreak of armed violence and in the peace process led by ECOWAS. We defend that the existing contradictions in Guinea-Bissau that incited the armed violence of 1998-1999 are consequences of the colonial process and of the interethnic dynamics originated/fostered in the armed struggle for the independence of the country, the way in which the transition of power from Portugal to PAIGC took place, and the power dynamics that emerged in the post-independence period, properly after the 1980 military coup. In light of this historical approach, the examination of regional and institutional dynamics (ECOWAS) and under the aegis of Peace Studies and Critical Security Studies, we argue that the ECOWAS peace interventions in Guinea-Bissau were marked by disputes for protagonism between the former colonial powers, Portugal under the 'clothes' of the Community of Portuguese Speaking Countries (CPLP) and France supporting Senegal/French-speaking bloc, and some regional leaders/countries, which combined with their technical, financial and institutional weaknesses ended up hampering the positive construction of peace in the country. The study is developed from qualitative research, reconciling primary sources, documental research and semi-structured interviews with prominent personalities at the time of the conflict, and secondary sources, research/bibliographic review.

**Keywords:** Guinea-Bissau; ECOWAS; Peace interventions.

Recebido: 13, Junho, 2022  
Aceito: 16, Agosto, 2022

*Este trabalho é resultado da investigação possibilitada pela Bolsa de doutoramento PD/BD/135323/2017 concedida pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).*

*Conflitos de interesse: O autor não reportou potenciais conflitos de interesse*



Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da Licença [Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilhamento Igual 4.0 Internacional \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.

## Introdução

Independente em 1974, depois de década de luta contra o domínio colonial português, a Guiné-Bissau nunca conseguiu se afirmar como país ‘pacífico’ tendo experimentado inúmeros golpes e tentativas de golpes de estado, assassinatos de líderes políticos e uma ‘guerra civil’ entre 1998-1999. A eclosão desta última, no momento em que a região deparava com inúmeros desafios securitários, destaque para as guerras civis na Libéria e Serra Leoa, fez com que a CEDEAO interviesse, com o argumento de manter a estabilidade no país e na região (ECW/CMXLIV/3). Contudo, mesmo depois de inúmeros esforços, a presença da Brigada de Supervisão de Cessar-fogo da CEDEAO, a ECOMOG, não evitou o retorno da violência armada em 1999 e inúmeros atos de violência ao longo das últimas décadas. Portanto, as intervenções da CEDEAO/ECOMOG não conseguiram diluir as causas da violência armada e ‘restabelecer’ a paz e a segurança no país. O que justifica este feito? Porque é que as intervenções da CEDEAO não conseguiram diluir as crispações e edificar uma paz sustentável no país?

Partindo destes questionamentos, neste artigo discutimos a violência armada na Guiné-Bissau (1998-1999) e as intervenções para a paz da CEDEAO no país. Traçamos como objetivo analisar as influências das dinâmicas históricas, regionais, e institucionais tanto na eclosão da violência armada como nos processos de paz da CEDEAO. De modo específico, discutimos 1) as influências do colonialismo e do processo de descolonização nas dinâmicas conflituantes da Guiné-Bissau, cujo égide foi o conflito armado de 1998-1999; 2) abordamos as influências desses processos nas disputas geopolíticas das ex-potências coloniais, Portugal e França, e nas dinâmicas regionais, disputas entre os líderes regionais (bloco anglófono e francófono); e 3) considerando as debilidades internas da CEDEAO, discutimos os impactos destas dinâmicas nos processos de paz na Guiné-Bissau, portanto, nas intervenções para a paz da CEDEAO no país.

Fundada em 1975, no auge da disputa bipolar, a CEDEAO teve como missão a promoção da integração e desenvolvimento económico na África Ocidental o que incita uma abordagem securitária regional. Assim, apesar do seu tratado constituinte enfatizar aspetos económicos, integração para o desenvolvimento regional, sempre esteve atento às questões da paz e segurança regional, de modo que, poucos anos após a sua institucionalização, oficializou os Protocolos de Não-Agressão (1978) e de Assistência Mútua em Defesa (1981) (ECOWAS OFFICIAL JOURNAL, Vol. 25, 1993: 23; CEDEAO, 2018: 11). Contudo, estes protocolos não ofereceram os requisitos legais para uma intervenção musculada nos países membros, o que aliado às interferências e/ou influências das duas grandes potências, Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), dificultaram a edificação de uma força de intervenção/paz regional (PALÉ, 08.02.2020; USMAN, 04.03. 2020).

A alteração das dinâmicas de poder internacional, resultante da ‘desintegração’ do Bloco Soviético, e o seu anseio em driblar os desafios securitários emergentes incitaram a revisão do seu tratado constituinte, em 1993, dando ênfase às questões da paz e da segurança. Dentro desta lógica, no decurso das décadas de 1990/2000 oficializou inúmeros mecanismos dos quais se destacam o Protocolo sobre o Mecanismo de Prevenção, Gestão, Resolução, Manutenção da Paz e Segurança (dezembro de 1999), o Protocolo Suplementar sobre a Democracia e a Boa Governança (2001), e a Estrutura de Prevenção de Conflitos da CEDEAO<sup>1</sup> (2008), tendo se afirmado como principal organização da África Ocidental em matéria de paz e segurança.

Depois da sua primeira intervenção na Libéria (1990) e a institucionalização dos mecanismos securitários vários, tem intervindo em inúmeros conflitos violentos na região, muitas vezes, em complementaridade e/ou subsidiaridade com outros atores internacionais, dos quais se destacam a Organização das Nações Unidas, a Organização de Unidade Africana (OUA)/União Africana (UA) e a União Europeia (UE). Contudo, os resultados têm sido questionáveis. Boa parte dos países que receberam as suas intervenções para a paz vivem sob a ameaça do retorno à violência armada. Partindo dos nossos

---

<sup>1</sup> Tradução livre do autor. Texto original: “ECOWAS Conflict Prevention Framework”

questionamentos e dos objetivos delineados, iremos analisar este processo na Guiné-Bissau. Para tal, dividimos o artigo em três tópicos fundamentais.

Nos dois primeiros, discutimos, de um modo breve, o colonialismo e o processo de descolonização portuguesa da atual Guiné-Bissau expondo seus efeitos nas práticas conflituantes no período pós-independência. Demonstramos que as crispações na Guiné-Bissau que influenciaram a eclosão da violência armada de 1998-1999 são consequências do colonialismo e das dinâmicas interétnicas originadas/fomentadas na luta armada para a independência; da forma como se processou a transição de poder de Portugal para o PAIGC e das dinâmicas de poder emergidas no pós-independência, mas propriamente, depois do golpe militar de 1980.

No tópico seguinte discutimos as intervenções para a paz da CEDEAO na Guiné-Bissau partindo da análise das dinâmicas históricas, regionais e institucionais, e das abordagens conceptuais dos Estudos para a Paz e dos Estudos Críticos de Segurança. Defendemos que as intervenções da CEDEAO na Guiné-Bissau ficaram marcadas por disputas pelo protagonismo entre as ex-potências coloniais, Portugal e França, e alguns líderes regionais, o que aliada às suas debilidades, técnicas, institucionais e financeiras dificultaram a edificação positiva da paz no país. As ideias da paz e da violência apresentados por Galtung e seus conterrâneos (Estudos para a Paz) nos demonstram que a edificação sustentável da paz exige a erradicação de todas as formas da violência, direta, estrutura e cultural, portanto, a efetivação de uma comunidade humana integrada e harmónica (GALTUNG, 1969; 1990; 2005).

Assente no ideário construtivista, os ‘teóricos de Copenhaga’, apresentam a segurança/securitização como ‘atos de fala’ (*‘speech act’*) (WAEVER *et al*, 1993), demonstrando que ela depende da circunstância e da retórica, a sua anunciação e aceitação pelos demais atores, ou seja, ela é “*constituída pelo estabelecimento intersubjetivo de uma ameaça existencial*”<sup>2</sup> (BUZAN *et al*, 1998: 24-25). A securitização bem-sucedida tem, portanto, três componentes ou etapas: ameaças existenciais, ação emergencial e efeitos nas relações interunidades ao se libertar de regras<sup>3</sup> (BUZAN *et al*, 1998: 26). Disso resulta que a segurança/securitização nem sempre se afigura como algo bom (BUZAN *et al*, 1998), uma vez que, em muitos casos, coloca em risco os próprios princípios democráticos e os direitos individuais básicos. Desta lógica se expõe a necessidade de (re)pensar os processos securitários alocando-os à segurança dos indivíduos/segurança humana. Isto é, mover da segurança dos Estado, assente nas abordagens do realismo/neo-realismo, para a segurança humana (BOOTH, 1991). Se evidencia assim, que as intervenções para a paz, não devem se limitar à erradicação da violência direta e edificação de Estados funcionais com capacidade bélica, mas sim assegurar a erradicação das várias formas da violência que, em si, significa uma maior atenção à segurança dos indivíduos, das pessoas.

O estudo se desenvolve a partir de metodologias qualitativas de recolha de informação: pesquisa/revisão bibliográfica; pesquisa documental (documentos oficiais da CEDEAO, da CPLP e da Organização das Nações Unidas (ONU)) e entrevistas qualitativas semi-estruturadas com personalidades de destaque à época do conflito, assim como personalidades com cargos de destaque na CEDEAO.

### **Da colonização à luta pela independência: impactos nas dinâmicas conflituantes da Guiné-Bissau independente**

A compreensão das dinâmicas conflituantes na Guiné-Bissau e os desfechos das intervenções para a paz da CEDEAO no conflito violento de 1998-1999, ao nosso ver, passa por uma análise atenta da peculiar história do país, principalmente do colonialismo e da luta armada para a independência. Partindo desta lógica, nestes dois primeiros tópicos discutimos as práticas violentas do colonialismo e da ‘descolonização’ da Guiné-portuguesa, o que, além de nos permitir expor as raízes das dinâmicas conflituantes do país, no pós-independência, nos permite compreender os enredos das intervenções para a paz da CEDEAO.

<sup>2</sup> Tradução livre do autor. Texto original: “*constituted by the intersubjective establishment of an existential threat*”.

<sup>3</sup> Tradução livre do autor. Texto original: “*Successful securitization thus has three components (or steps): existential threats, emergency action, and effects on interunit relations by breaking free of rules*”.

Grosso modo, o processo colonial português na atual Guiné-Bissau pode ser dividido em dois momentos/períodos marcados pelas violências direta, cultural e estrutural. O primeiro compreende do ‘período dos descobrimentos’ à meados de 1879, quando a Guiné-Portuguesa ganha autonomia administrativa em relação a Cabo Verde e é marcado por inúmeros conflitos, mormente violentos, com algumas monarquias locais (que competiam entre si) e alguns países europeus, nomeadamente França e Reino Unido, que lutavam pela ‘hegemonia colonial’ na África Ocidental (AUGEL, 2007; BARRETO, 1938; BOXER, 2019; CORVO, 1883; FERREIRA, 1977; MACEDO, 2016; MENDY, 2003; SILVA, 2016). A conflitualidade desse processo, principalmente o interesse dos franceses nos ‘domínios’ portugueses, em especial na Guiné-portuguesa, vista como um entrave ao projeto imperial francês na região (MACQUEEN, 2003), além de alterar as dinâmicas de poder na região, incitaram aquilo que se pode designar como a ocupação efetiva, o segundo momento da colonização portuguesa da atual Guiné-Bissau, nos meados do século XIX (AUGEL, 2007; HENRIQUES, 2015). De fato, aliado à alguns acontecimentos marcantes, como a independência do Brasil, e algumas ocorrências no seio da metrópole, nomeadamente, a guerra civil ou liberal (1832-1834), essas dinâmicas fizeram com que Portugal modificasse a sua política colonial para com a África, Guiné portuguesa neste caso específico, tendo iniciado o processo de ocupação efetiva nos meados do século XIX (AUGEL, 2007; HENRIQUES, 2015).

De modo genérico, pode-se dizer que esse processo se inicia em março de 1879, quando a Guiné-portuguesa adquire autonomia administrativa em relação a Cabo Verde, ‘ganha fôlego’ com a Conferência de Berlim e o acordo fronteiriço com a França, convenção luso-francesa de 12 de maio de 1886, e se efetiva com as campanhas de pacificação e a ‘nova ordem colonial’ implementada pelo Estado Novo (AUGEL, 2007; BARRETO, 1938; DAVIDSON, 1969; LOPES, 1982; PÉLISSIER, 1997; SILVA, 2010). À parte as influências do primeiro momento da colonização, esse segundo momento, principalmente depois da Conferência de Berlim, acaba por agregar ações que influíram nas dinâmicas conflituantes da Guiné-Bissau.

Na verdade, a Conferência de Berlim que pode ser demarcada como ponto de viragem no processo colonial europeu, Portugal em específico, se afigura como marco da violência sistêmica, cultural e direta para com a África, refletindo negativamente na performance sócio-económica e política da ‘África independente’. No caso específico da Guiné-portuguesa acabou por, de certo modo, influenciar os desfechos da delimitação da sua fronteira, expresso no acordo Luso-francês, e a efetivação da ocupação colonial a partir dos atos violentos das Campanhas de Pacificação e da ‘nova ordem colonial’, ‘criando’ as bases para as dinâmicas conflituantes do período pós-independência.

De fato, estando ‘encravada’ entre territórios francófonos, o artificialismo das fronteiras impostas á luz dos interesses coloniais, acordo Luso-francês de 1886, afastando famílias/grupos étnicos e levantado barreiras geográficas e políticas, acabou por estar na base dos conflitos fronteiriços entre os recém países, Guiné-Bissau, Senegal e Guiné-Conacri (LAIA, 22.01.2022; AUGEL, 2007; GOMES, 2014) e teve um impacto significativo na violência armada na região senegalesa de Casamansa, cujas dinâmicas viriam a influir no conflito violento de 1998-1999 na Guiné-Bissau. Senão vejamos, apesar de impor barreiras geográficas e políticas, o acordo fronteiriço não eliminou as relações étnicas na região, de modo que, a população de Casamansa, mormente as da etnia Diolas, considera-se muito mais ‘afim’ das populações que vivem na parte setentrional da Guiné-Bissau do que das que vivem para os ‘lados de Dacar’ (MACQUEEN, 2003; PUBLICO, 9.06.1998; RUDEBECK, 1998). Essas afinidades acabaram por refletir nos suportes que os líderes de Casamansa deram ao PAIGC, durante a luta de libertação nacional, tendo ‘perpetuado’ no período pós-independência (MACQUEEN, 2003; MASSEY, 2004). Ora, a região de Casamansa que desde 1645 esteve sob o domínio português, passou a pertencer legalmente a França em meados de 1886 (GOMES, 2019). Muito por culpa das resistências das monarquias locais, Paris engendrou inúmeras campanhas de pacificação de modo a impor a sua soberania na região. Disso resulta o estatuto administrativo especial à região ficando diretamente subordinada à administração do governador da África Ocidental Francesa, em Saint-Louis, no Senegal, tendo sido incorporado como distrito do Senegal no pós-independência (GOMES, 2019).

Nos meados dos anos de 1980, muitos por culpa das abordagens governamentais de Dakar e da forma como Casamansa foi ‘anexada’ ao Senegal, emergiram algumas movimentações independentistas tendo o Movimento das Forças Democráticas de Casamansa (MFDC) ganhado protagonismo (GOMES, 2019). Disso resulta inúmeros confrontos violentos entre o governo de Dacar e o MFDC com repercussões significativas para os países limítrofes em decorrência, principalmente, dos fluxos de pessoas (DA SILVA, 2014). Os governos de Bissau e de Dakar, desde os primórdios da independência, têm tido divergências quanto às fronteiras marítimas comum, no sul do Senegal, portanto englobando a região de Casamansa, ao longo da qual existe jazidos de petróleo, de modo que, seria do interesse de Bissau a independência de Casamansa a qual possui boas relações (PUBLICO, 13.06. 1998). Diga-se assim que esse quesito, aliado à relação histórica entre estes dois territórios fez com que, durante muito tempo, o presidente Nino Vieira e outros detentores de cargos superiores das Forças Armadas apoiassem o MFDC vendendo excedentes bélicos que havia (há?) no país resultante da luta armada contra o colonialismo português (LAIA, 22.01.2022; MEMORANDUM DE NEGOCIAÇÃO, 01.08.1998; RUDEBECK, 2001).

A aproximação da Guiné-Bissau à francofonia nos meados dos anos 1997, fez com que, Paris e Dacar questionassem o apoio, a venda de armas, de Bissau às forças do MFDC (RUDEBECK, 2001). Face a isso e de modo a manter o aliado regional, num momento em que a região deparava com inúmeros desafios securitários resultantes, principalmente, dos conflitos violentos na Libéria e Serra Leoa, Nino Vieira decidiu sacrificar a sua relação histórica com Ansumane Mané, ‘irmão de arma’ na luta contra o colonialismo português e então Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas da Guiné-Bissau, acabando por repercutir nos conflitos violentos de 1998-1999. De fato, a acusação do envolvimento de Ansumane Mané na venda de arma ao MFDC, e a sua exoneração do cargo de Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas, acabaram por se afigurar como as causas remotas da violência armada de 1998-1999 (ADEBAJO, 2002; BARI, 2018; DA SILVA, 2014; MEMORANDUM DE NEGOCIAÇÃO, 01.08.1998; OBI, 2009; RUDEBECK, 2001).

À parte esses quesitos, a estratégia de ocupação colonial, a política colonial portuguesa, principalmente depois de 1926, acabaram por criar/fomentar as clivagens sócio-políticas cujas consequências perduraram no tempo. De modo a acudir as ‘exigências saídas’ da Conferência de Berlin, Portugal enredou no processo de intensificação da sua presença nas suas colónias africanas, Guiné-portuguesa nesse caso específico, com as denominadas Campanhas de Pacificação (DAVIDSON, 1969; FERREIRA, 1977; FREIRE, 2018; PÉLISSIER, 1997). A violência desse processo viria a ganhar novos contornos com o golpe militar de 1926 e a aprovação da nova constituição portuguesa, 1933, portanto, com a ‘implementação’ da segunda República ou Estado Novo. Digamos que é a partir desse período que se inicia a ‘nova ordem colonial’ fomentando alterações profundas nas dinâmicas sócio-económicas e políticas desse território dado, principalmente, ao ‘desmantelamento’ das unidades políticas tradicionais (LOPES, 1982; SILVA, 2010; SILVA, 2016).

De fato, baseando no ideário do Ato Colonial e da Carta Orgânica do Império Colonial, essa ‘nova ordem colonial’ retirou os direitos políticos a quase totalidade do ‘povo da Guiné’, indígena, uma vez que, segundo esta lógica, os africanos podiam ser úteis desde que controlados e organizados pelos brancos, não individualmente num ou noutro caso, mas como povo no seu conjunto, isto é, como espécie humana a ser considerada inerente e naturalmente inferior à raça branca (CARDOSO, 1992; FERREIRA, 1977; SILVA, 2010). Sendo a Guiné-portuguesa uma colónia de indigenato, apesar de algumas mudanças no sistema jurídico-político atendendo as dinâmicas internas e externas, a exploração económica e a dominação política, o tratamento discriminatório da população ‘local’, ‘indígena’, bem como a professa ‘missão colonizadora’ mantiveram intactas durante todo o processo colonial (CARDOSO, 1992). Aliás, Portugal implementou uma estrutura social hierárquica na qual os que atendiam aos ideais coloniais, os ditos assimilados/civilizados, teriam privilégios em relação aos outros, o que acabou por justificar a implementação rigorosa do ‘Estatuto do Indigenato’ em que a separação da ‘classe’ social se processava à luz dos preceitos discriminatórios e raciais (AUGEL, 2007; CARDOSO, 1992; DAVIDSON, 1969; SILVA, 2010).

Essas dinâmicas, mormente a hierarquização social, a divisão da população em duas categorias sociais: 1) os civilizados e 2) os indígenas (CARDOSO, 1992; DAVIDSON, 1969) acabaram por fomentar crispações várias cujos reflexos perdurariam no tempo. Por um lado, criou/intensificou crispações entre os cabo-verdianos, ‘mestiços civilizados’, considerados auxiliares dos colonos, e os guineenses, ‘indígenas’, que viria a ser nocivo para o PAIGC tanto no decurso da luta armada como no momento da construção do Estado pós-colonial. Deveras, essas crispações estiveram na base de muitos confrontos no seio do PAIGC no período da luta armada, ameaçando até a liderança de Amílcar Cabral, e esteve diretamente ligado ao primeiro golpe militar no país, ‘Movimento reajustador’ de 14 de novembro de 1980 (CORREIO DA MANHÃ, 18.11.1980; L’HUMANITÉ, 18.11.1980).

Por outro lado, a forma como Portugal aproveitou a rivalidade entre os grupos étnicos no exercício do colonialismo acabou por fomentar crispações seculares. Os Fula, por exemplo, que dispunham de uma estrutura social vertical, estavam mais alinhados à lógica capitalista/colonial, de modo que, assim como os cabo-verdianos, foram ‘usados’ na exploração dos outros grupos, fomentando crispações entre os mesmos (ADEBAJO, 2002; BAPPAH, 2017). De igual modo, essa marginalização dos ‘indígenas da Guiné’ incitou as reivindicações independentistas, luta armada para a independência, cujos desfechos influíram negativamente no processo de construção do Estado pós-colonial, portanto, nas dinâmicas conflituantes do país independente.

### **Da luta armada à Guiné-Bissau independente: reflexos nos conflitos violentos de 1998-1999**

Apesar da contínua contestação contra a ocupação e exploração colonial, o que justifica as campanhas de pacificação até 1936, essas circunstâncias, as práticas violentas da ‘nova ordem colonial’, mudaram o foco das resistências das hierarquias tradicionais, muitos dos quais se tornaram ‘marionetes de Portugal’, para indivíduos e grupos que ansiavam uma nova realidade socioeconómica e política (DAVIDSON, 1969; FERREIRA, 1977; FREIRE, 2018). Em 1920 fundou-se a Liga Africana, cujo pensamento político assentava na unidade nacional e na luta conjunta para a independência das colónias africanas de Portugal. Contudo, a consciência política só adquiriu força real depois da segunda Guerra Mundial, nos meados dos anos 1950, num clima internacional de tendência para a descolonização (FERREIRA, 1977; FREIRE, 2018). É nesse período que Amílcar Cabral e outros guineenses e cabo-verdianos fundaram o Partido Africano para a Independência (PAI), mais tarde, no contexto da luta pela independência e unidade africana, convertido em Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), e se emergiram inúmeros movimentos independentista na Guiné-portuguesa e noutras colónias portuguesas em África (LOPES, 1982; PEREIRA, 2008; SOUSA, 2016).

As violências estrutural, cultural e direta do processo colonial, a recusa de Portugal em negociar, de forma pacífica, a independência das suas colónias, o incremento da consciência nacionalista e o sistema internacional favorável incitaram a eclosão da violência armada contra o colonialismo português nos meados de 1961 em Angola acabando por se alastrar à Guiné-portuguesa (1963) e Moçambique (1964). Aliado às práticas violentas do colonialismo e a luta pelo poder e protagonismo no seio e entre os movimentos independentistas, esse fenómeno, a luta armada, refletiu de forma negativa nalgumas dinâmicas, internas e externas, cujos reflexos acabariam por se sentir nalgumas clivagens da Guiné-Bissau independente. Falamos, a nível interno, das 1) crispações no seio do PAIGC, mormente entre os cabo-verdianos e os guineenses, principalmente, face à ideia da unidade orgânica Guiné-Cabo Verde vincada por Amílcar Cabral; 2) as crispações entre o PAIGC, sua liderança, e as lideranças doutros movimentos independentistas, muito por culpa dessa unidade orgânica com Cabo Verde; e 3) a fomentação do ódio contra aqueles que apoiaram as forças coloniais, mormente os Comandos Africanos, impulsionados pela estratégia de luta do General António de Spínola<sup>4</sup> (GOMES, 2014; PEREIRA, 2008; SANGREMAN, SOUSA JR. e BARROS, 2006; SOUSA, 2016).

<sup>4</sup> Sobre quem foi o General António de Spínola e o papel que desempenhou na guerra na atual Guiné-Bissau, conferir, entre outros, Golias (2017) e Fabião (2019).

A nível externo destacamos os apoios militares que os movimentos de libertação, mormente PAIGC, receberam dos países ‘socialistas’, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), China e Cuba, e dos países africanos recém-independentes, com destaque para o vizinho Guiné-Conacri (DHADA, 1993; MATEUS, 1999; SOUSA, 2016). Além do papel preponderante na luta armada, esses apoios, acabaram por influenciar a ideologia do aparelho do Estado guineense nos primórdios da independência. De fato, muito por culpa desses apoios e proximidade ao bloco soviético, o PAIGC tentou implementar um regime social democrático de partido único que, embora professava a política de não-alinhamento, recebia muita influência de Moscovo (BAPPAH, 2017; FERREIRA, 17.06.2016). Esta lógica governamental, aliado às clivagens herdadas do processo colonial e fatores outros, entre os quais a corrupção, dificultou a implementação de estratégias económicas capazes de promover o desenvolvimento e a estabilidade do país, portanto, repercutindo negativamente nas dinâmicas do país independente (ADEBAJO, 2002; BAPPAH, 2017).

A nível regional incitou, principalmente, a influência de Sekou Touré, Guiné-Conacri, na Guiné-Bissau tendo sido acusado de conspiração tanto na morte de Amílcar Cabral como no primeiro Golpe militar de 14 de novembro de 1980, visto que Sekou Touré, ansiava unir as duas Guiné, separados pelo processo colonial (CORREIO DA MANHÃ, 18.11.1980; DA SILVA, 26.11.2020; MORNING STAR, 28.11.1980). À parte este quesito e as questões securitárias regionais, o apoio da Guiné-Conacri às forças ‘leais’ do Presidente Nino Vieira, durante a guerra civil de 1998-1999, pode ser vinculada à relação de amizade entre estes dois países tecido no decurso da luta armada contra o colonialismo português. A luta armada para a independência acabou por tecer, também, a relação do PAIGC com os líderes de Casamansa repercutindo, como demonstramos, de forma negativa, nas dinâmicas conflituantes de 1998-1999.

Pode-se dizer, assim, que aliada às práticas violentas do colonialismo, a luta armada contra o poder colonial fez com que o Estado da Guiné-Bissau ‘emergisse mal’ (BARI, 2018; DA SILVA, 26.11.2020), com inúmeras lacunas cujas conjugações contribuíram para a fomentação das clivagens no país independente, mormente no momento da construção do Estado pós-colonial. A ‘vitória’ do PAIGC e o cenário político internacional e na metrópole fizeram com que a transição de poder de Lisboa para o PAIGC se processasse sem um planeamento prévio, de modo que Lisboa ‘ignorou’ (1) a existência, mesmo que minoritária, de facções internas de oposição; (2) os problemas das facções dentro do PAIGC e (3) os Comandos africanos, as milícias e grande parte daqueles que, outrora, trabalharam/lutaram para a metrópole (DA SILVA, 2014 e 26.11.2020; GOMES, 2014). Principalmente, este último aspeto teve um impacto ‘catastrófico’ no seio social e político, uma vez que esses elementos passaram a ser vistos com desconfiança pelos ‘novos’ dirigentes, não só pelo papel que desempenharam durante a luta armada, mas também pela ameaça que podiam representar nos tempos de soberania incerta (GOMES, 2014). Daqui resulta os episódios de tortura e massacre contra os ditos ‘traidores da pátria’ (ARQUIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO, PAA-942, 5, 22. 02. 1975), fomentando o ódio e o desejo de vingança no seio social e político.

Além disso, a luta armada fez com que a Guiné-Bissau se emergisse a partir de um partido militarizado, PAIGC, que acusando inúmeras lacunas internas, se confundiu com o Estado assumindo a legitimidade de incorporar as funções executiva, legislativa e judiciária, ofuscando as possibilidades de edificar verdadeiras estruturas políticas e administrativas comprometendo, assim, a unidade e a estabilidade do país (ADEBAJO, 2002; DA SILVA, 26.11.2020; LAI, 28.02.2020; GOMES, 2014). Não é exíguo afirmar, portanto, que a ideologia do aparelho do Estado guineense, a abordagem governamental do PAIGC, as clivagens internas do partido cujas raízes advém do período da luta armada para a independência, as lutas pelo poder e as crispações sócio-económica, estiveram na base da primeira tentativa de golpe militar em 1978, nos inúmeros episódios de torturas, assassinatos e tentativas de assassinatos, mormente, dos líderes políticos, e na consumação do denominado Movimento reajustador, 14 de novembro de 1980 (ADEBAJO, 2002; BARI, 2018; BAPPAH, 2017; LOPES, 1982:14). As dinâmicas de poder emergido a partir deste último acontecimento acabaram por influir as causas mais remotas do conflito violento de 1998-1999.

Na verdade, a governação do país, durante mais de duas décadas, pelo PAIGC, principalmente sob a liderança de João Bernardo Nino Vieira (líder do Movimento reajustador), depois do golpe de militar de 1980, ficou marcada pela

violência física e estrutural com algumas raízes históricas. A militarização e a personalização do Estado, com modelos e comportamentos hierárquicos, centrados no líder, ‘normalizou’ a violência estrutural criando uma atmosfera de impunidade, principalmente dos líderes políticos (EMBALÓ, 2012; ROQUE, 2009). Herança da luta armada, os antigos combatentes se viam como ‘pais da nação’ recusando qualquer coerção dos poderes políticos, de modo que, não havia nenhum tipo de controle político sobre os militares ou certos grupos dentro da força policial (EMBALÓ, 2012; LAI, 28.02.2020; ROQUE, 2009). Muito por culpa do papel desempenhado pelos Balanta<sup>5</sup> no período da luta armada, o protagonismo que exerciam no alto comando do exército, Nino Vieira numa luta pelo poder e protagonismo, embora tenha tido suporte destes no golpe de 1980, tentou limitar a influência desse grupo étnico tendo eliminado alguns dos seus maiores nomes. De fato, após uma alegada tentativa de golpe entre 1985-1986, Nino Vieira mandou prender inúmeros cidadãos, muitos dos quais da etnia Balanta, culminando com tortura, julgamento e condenação à morte, fomentando crispações étnico-sociais e vontade de vingança (ADEBAJO, 2002; BARI, 2018; FERREIRA, 2004). Paulo Correia, da etnia Balanta, que ocupava o cargo de Vice-Presidente e Ministro da Justiça foi um dos fuzilados. Isso justifica, em parte, o apoio maciço desse grupo étnico, que liderava (lidera?) o exército, à Junta Militar no momento da luta armada de 1998-1999.

Portanto, a conjugação desses fatores, as lutas pelo poder e protagonismo (TEMUDO, 2008), as estratégias de Nino Vieira para se ‘perpetuar’ no poder a partir da consumação de (novas) alianças, internas e externas (regionais), muitos dos quais crispantes com as ‘velhas’, acabaram por ditar a eclosão do conflito armado de 1998-1999. De fato, o ‘autoritarismo’ de Nino Vieira, a sua interferência no exército, o seu anseio em ‘eliminar’ os seus opositores e limitar/eliminar a influência dos veteranos da guerra de libertação, braço armado do PAIGC, a corrupção, a deterioração das condições de vida, principalmente dos antigos combatentes, fomentaram clivagens internas e reduziu o seu apoio por parte do exército, garante do seu poder (EMBALÓ, 2012; FERREIRA, 2004). Face às ameaças internas e no sentido de se manter no poder, procurou fomentar parcerias e acordos regionais com a adesão, em 1997, à francofonia, União Monetária Oeste Africana (UMOA)/União Económica Monetária Oeste Africana (UEMOA), Franco das Colónias Francesas da África (Franco CFA), e assinatura de acordos securitários com países limítrofes. É verdade que a Guiné-Bissau, desde os primórdios da sua independência, tem assinado, principalmente com os países limítrofes (Gâmbia, Guiné-Conacri e Senegal), acordos e cooperação em segurança. Contudo, cremos não ser exíguo afirmar que, depois dos resultados das primeiras eleições multipartidárias que expôs o descontentamento social e político ao ‘seu regime’ (BARI, 2018), e face às clivagens regional, as dinâmicas complexas dos conflitos violentos na Libéria e Serra Leoa, Nino Vieira procurou encontrar aliados regionais (francofonia) de modo a garantir a sua permanência no poder.

Contudo, os desfechos dessa estratégia viriam a ser nefastas. Por um lado, colocou em choque as relações históricas com Portugal, Lusofonia (DA SILVA, 2014) o que pode significar uma maior aproximação da ex-potência colonial, um dos principais parceiros internacionais, às forças de oposição interna. Por outro lado, expôs o seu apoio militar ao governo senegalês no combate às forças separatistas de Casamansa, (justifica, em parte, o apoio militar do MFDC à Junta militar no período da luta armada (TEMUDO, 2008) e fez aumentar a pressão, dos franceses e senegaleses, no sentido de impedir o tráfico de armas para Casamansa, o que incitou a cessação de relações com um dos seus aliados mais próximos, Ansumane Mané, então Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas, e o consequente levantamento armado contra o seu regime (LAIA, 22.02.2022; EMBALÓ, 2012; MACQUEEN, 2003; RUDEBECK, 2001). Deveras, a acusação de envolvimento no tráfico de armas para o MFDC, por parte de Ansumane Mané, a sua exoneração, se afiguram como as causas remotas do conflito armado de 1998-1999 (MEMORADUM DE NEGOCIAÇÃO, 1.08.1998). Digamos que, o medo de ser preso e/ou morto, juntamente com a redução do seu poder e privilégios, levou-o a tentar um golpe dois dias depois de

<sup>5</sup> Os Balanta desempenharam um papel importante na luta armada pela independência e nos primeiros anos da Guiné-Bissau, principalmente no exército. Além disso, foram um dos principais apoiadores do denominado Movimento reajustador de 1980 que levou ao poder Nino Vieira. A sua constante marginalização, principalmente depois de 1980 por parte do Nino Vieira, acabou por gerar descontentamento no seio do exército explícito no forte apoio à Junta Militar no conflito violento de 1998-1999 (Temudo, 2008: 245-249).

ser formalmente demitido e colocado em prisão domiciliar (TEMUDO, 2008) culminando no levantamento militar de 7 de junho de 1998.

O suporte militar dado pelos vizinhos francófonos, Senegal, com apoio da França, e Guiné Conacri ao presidente Nino Vieira e o apoio do MFDC à Junta Militar (ADEBAJO, 2002; ECOWAS, 1998; LAIA, 22.01.2022; MASSEY, 2004; OBI, 2009; ROQUE, 2009; RUDEBECK, 2001), em conjugação com as 'debilidades' internas da CEDEAO e as disputas pelo protagonismo entre as ex-potências coloniais, Portugal e França, e alguns líderes regionais acabariam por influenciar os enredos dos processos de paz no país (DA SILVA, 26.11.2020).

### **A CEDEAO e os desafios de gestão dos conflitos violentos e (re)construção da paz na Guiné-Bissau**

Muito por culpa dos resultados poucos sustentáveis das intervenções para a paz lideradas pela ONU, na década de 1990, atores regionais passaram a ter maior relevo nos processos de paz e segurança nas suas regiões (BUZAN e WAEVER, 2003; HERZ, 2005). Contudo, inúmeros argumentos, prós e contra, têm sido enunciados acerca desse processo (BERMAN e SAMS, 2003; FREIRE e LOPES, 2009; HETTNE e SÖDERBAUM, 2005; ISMAIL, 2015; KABIA, 2011; LEPGOLD, 2003; PECK, 1998; ZECA, 2017). Sem entramos nesse debate, dado ao carácter do nosso estudo, defendemos que as organizações regionais devem assumir a liderança dos processos de paz nas suas regiões. Porém, principalmente no caso africano, a CEDEAO em específico, onde se avultam disputas pelo protagonismo entre os principais países/líderes e atores extra-regionais, mormente as ex-potências coloniais, se torna necessário uma análise crítica e constante sobre esse processo. O problema, muitas vezes, não se limita aos interesses/dinâmicas regionais e/ou debilidades outras dessas organizações/atores. Atores e processos extra-regionais, muitos dos quais com raízes históricas (ex-potências coloniais), acabam por influenciar as suas intervenções comprometendo a edificação sustentável da paz. Isso é bem latente no caso das intervenções para a paz da CEDEAO nos conflitos violentos na Guiné-Bissau (1998-1999).

No momento em que a violência armada eclodiu na Guiné-Bissau, a região deparava com inúmeros desafios securitários tendo a CEDEAO/ECOMOG desafiado as suas capacidades técnicas, humanas e financeiras nas suas intervenções nos conflitos violentos na Libéria e Serra Leoa marcadas por disputas e interesses outros, mormente entre o bloco anglófono, sob a liderança nigeriana, e o bloco Francófono sob auspício da Costa do Marfim (DA SILVA, 26.11.2020; DUMBUYA, 2008; MORTIMER, 1996; OBI, 2009). Na verdade, essas duas intervenções além de desafiar a capacidade económica da CEDEAO, expôs divisões internas e fragilidades das suas forças de paz, poucas capacidades, mormente, bélico e de logística (OBI, 2009). Aliás, a nível institucional, nesse período, a CEDEAO ainda não dispunha do seu principal mecanismo securitário, *Mecanismo de prevenção, gestão, resolução de conflitos, manutenção da paz e segurança*, desafiando a operacionalização das suas iniciativas de paz.

É nesse cenário que Nino Vieira, depois da intensificação da violência armada e de ter recebido apoio militar da Guiné Conacri e do Senegal, apoiado pela França, solicitou ao General Abdulsalam Abubakar, presidente da CEDEAO e chefe de Estado da Nigéria, o alargamento das missões da ECOMOG à Guiné-Bissau no sentido de restaurar a dita ordem constitucional (ADEBAJO, 2002; LAIA, 22.01.2022; DA SILVA, 26.11.2020; ECOWAS, 1997-1998). Pese embora esse pedido 'madrugador' e a intensificação da violência armada, a CEDEAO não teve uma resposta imediata e aquando da sua intervenção atores e dinâmicas outras acabaram por estar presentes comprometendo a edificação sustentável da paz no país. De fato, as intervenções para a paz da CEDEAO na Guiné-Bissau depararam com crispações e disputas várias: "entre as duas partes beligerantes propriamente ditas e no interior destas; entre as partes e a mediação, ou se se quiser entre as partes e as diferentes mediações (destacamos a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a CEDEAO) e no próprio seio dos distintos negociadores e facilitadores" (DA SILVA, 2014:192), o que aliado as suas debilidades, mormente técnicas e financeiras, dificultaram a edificação positiva da paz no país. Portanto, na Guiné-Bissau, à parte as debilidades da CEDEAO, a lógica da Peace web (FREIRE e LOPES, 2008), a edificação sustentável da paz a partir da coordenação de

esforços dos vários atores envolvidos, caiu por terra, muito por culpa, da confrontação de interesses díspares regional e extra-regional (MASSEY, 2004).

A nível regional, à parte o intento pelo protagonismo de alguns líderes, portanto, as disputas no seio da CEDEAO, mormente entre os líderes do bloco anglófono e francófono (DA SILVA, 26.11.2020; DUMBUYA, 2008), as dinâmicas conflituantes na Libéria e Serra Leoa incitaram novas abordagens dos líderes políticos face às revoltas armadas. Digamos que, muito por culpa da vitória de Charles Taylor nas eleições presidenciais na Libéria, os líderes políticos, muitos dos quais deparavam com contestações internas e externas, perceberam que a CEDEAO e a Comunidade Internacional tolerariam a violência extrema como ferramenta política, de modo que, demonstraram total apoio ao Nino Vieira para eliminar os revoltosos e manter o poder ‘instituído por via democrático’ (DA SILVA, 2014; KOVSTED e TARP, 1999). Entende-se assim que, muito culpa dessas dinâmicas, não havia o interesse dos líderes regionais, mormente dos países limítrofes, em avaliar as reivindicações da Junta Militar e procurar resolver, de forma pacífica, as reais causas da violência. Havia sim, o interesse em eliminar, ‘no berço’, o levantamento militar contra o poder ‘legítimo instituído’ e assegurar as suas permanências no poder (DA SILVA, 26.11.2020).

A nível externo, dado principalmente as dinâmicas históricas, a Guiné-Bissau se afigurava como palco de disputa pelo protagonismo e/ou zona de influência entre Portugal e França. Como antiga potência colonial e face a aproximação das suas ex-colónias às outras ex-potências coloniais (Moçambique à Commonwealth, 1995, e Guiné-Bissau à Francofonia, 1997), Lisboa viu os conflitos violentos na Guiné-Bissau como uma oportunidade de avançar o projeto lusófono, a sua ‘(re)aproximação’ às suas ex-colónias africanas e limitar a influência francesa e possivelmente nigeriana cujo anseio pela liderança regional é latente (MACQUEEN, 2003; OBI, 2009). Assim, as ações da CPLP podem ser vistas como uma forma de alcançar esses anseios. De fato, apesar de ficar conhecida como ‘intervenção/iniciativa de paz da CPLP’, esta foi uma iniciativa portuguesa (LAIA, 22.01.2022). Contudo, de modo a dar força, credibilidade até, Portugal quis agregá-la a força da CPLP, com a participação dos outros países lusófonos (LAIA, 22.01.2022; JORNAL DE NOTÍCIA, 17.07.1998). Mesmo assim, o posicionamento, dos seus membros, divergia. Portugal com suporte de Cabo Verde queria dar atenção às reivindicações da Junta Militar defendendo um papel ativo da CPLP, enquanto Brasil, Angola e Moçambique defendiam uma ação minimalista da CPLP em detrimento da CEDEAO que, como organização regional, tinha o reconhecimento da ONU e dos atores regionais em matéria de paz e segurança (MACQUEEN, 2003).

Já a França, cujo interesse histórico em ‘anexar’ a Guiné-Bissau na sua zona de influência se concretizava com a adesão do país à francofonia, em meados de 1997, tinha todo interesse em manter no poder Nino Vieira, de modo que, apoiou as forças senegalesas (que apoiavam Nino Vieira); as missões de paz da CEDEAO/ECOMOG lideradas pelos países francófonos, e sob um discurso legalista apoiou abertamente a legitimidade do governo de Bissau criticando as ações da Junta Militar (DA SILVA, 26.11.2020; ECOWAS, 1998/1999). À parte o anseio em ganhar protagonismo face a Portugal (DA SILVA, 26.11.2020), Paris, juntamente com Dakar, via Ansumane Mané (Junta Militar) como ameaça à estabilidade na Casamansa, e tencionava limitar a influência nigeriana na CEDEAO/ECOMOG (ADEBAJO, 2002; DUMBUYA, 2008; MACQUEEN, 2003; OBI, 2009). Lembremos que, juntamente com alguns países francófonos da região, nomeadamente Costa do Marfim, ‘líder’ do bloco anglófono, criticou a liderança nigeriana das missões da CEDEAO na Libéria e Serra Leoa, acusando-o de uma estratégia hegemónica (DUMBUYA, 2008; MORTIMER, 1996; ADEBAJO, 2002; KOVSTED e TARP, 1999, OBI, 2009). Lembremos ainda que a competição e/ou rivalidade entre a França/francofonia e a Nigéria pela ‘liderança’ regional remontam os meados dos anos 1960 e ganhou novos contornos com a iniciativa nigeriana de criar um bloco económico regional, a CEDEAO (ADEBAJO, 2002).

Portanto, aliado aos processos regionais essas dinâmicas acabaram por influir no posicionamento dessas ex-potências coloniais face ao conflito violento tendo refletido negativamente nos processos de paz. Diferente da França que assumiu uma posição legalista e condenou abertamente a revolta contra o ‘poder instituído por via democrática’, Lisboa não repudiou abertamente o levantamento militar e mostrou abertura para ouvir as reivindicações da Junta Militar

(MEMORANDUM DE NEGOCIAÇÃO, 01.08.1998) e tentar uma solução pacífica da violência (DA SILVA, 26.11.202; LAIA, 22.01.2022). Disso resulta a proximidade entre Ansumane Mané e Portugal/CPLP e o repúdio do Presidente Nino Vieira e seus apoiantes acusando Portugal e CPLP de apoiarem ‘iniciativas rebeldes’ (DA SILVA, 26.11.202; LAIA, 22.01.2022).

Muito por culpa dessas abordagens, a Junta Militar, sob liderança do Ansumane Mané, via a França, os países francófonos, mormente limítrofes, e as iniciativas de paz da CEDEAO, lideradas por países francófonos com vínculos estreitos com Paris, com desconfiança dando preferência às ações da CPLP, sob a alçada de Portugal (LAIA, 22.01.2022; DA SILVA, 2014; DA SILVA, 26.11. 2020; ECOWAS, 1997/1998). Dada a complexa relação histórica entre Portugal, Cabo Verde, que assumia a presidência rotativa da CPLP, e Guiné-Portuguesa (Bissau), e face ao posicionamento de Lisboa, Nino Vieira e seus apoiantes, manifestavam repúdio e desconfiança face às ações da CPLP dando preferência às ações da CEDEAO liderado por países ‘amigos’ (ECOWAS, 1997-1998; MACQUEEN, 2003 e 2006). Lembremos que, a relação ‘cordial e amistosa’ entre Lisboa e Bissau, nos primeiros anos da independência, ganharam contornos crispantes depois do Golpe Militar de 14 de novembro de 1980, portanto sob a presidência do Nino Vieira (MACQUEEN, 2003).

Consciente das circunstâncias do rompimento entre os dois países após o golpe de 1980, Vieira desconfiava da motivação de Cabo Verde. Notoriamente paranóico, Vieira suspeitava de uma conspiração luso-cabo-verdiana para expulsá-lo do poder. [...] pensava que Portugal e Cabo Verde estavam a usar a CPLP como veículo dos seus próprios interesses. Na sua opinião, Portugal estava a aproveitar a oportunidade para inverter a abordagem da Guiné à comunidade francófona, enquanto Cabo Verde estava a acertar contas pela sua derrubada de Luís Cabral<sup>6</sup>(MACQUEEN, 2003, p. 11).

Disso resulta a ‘competição’ entre a CPLP e CEDEAO colocando por terra a possibilidade de conjugação e/ou coordenação das suas estratégias de modo edificar uma paz sustentável no país. Deveras, apesar de algumas reuniões e esforços conjunto, num primeiro momento, entre o Grupo dos Sete da CEDEAO (Burkina Faso, Costa do Marfim, Gana, Gâmbia, Guiné-Conacri, Nigéria e Senegal) e o Grupo de Contacto da CPLP liderado pelo Dr. José Luís Jesus (MACQUEEN, 2003) as tensões entre as duas instituições acabaram por marcar os processos negociais. Como mencionamos, apesar da intensificação da violência armada e da solicitação da intervenção da ECOMOG por parte do Presidente Nino Vieira, esta não teve uma resposta imediata. Depois da CPLP ter ganho protagonismo com a assinatura do Memorandum de Entendimento entre os beligerantes, assinado a 28 de julho de 1998, e o acordo de cessar-fogo, assinado na capital cabo-verdiana a 26 de agosto de 1998, e se ter preparado para a segunda etapa da gestão do conflito, que consistiria em destacar alguns observadores para Guiné Bissau de modo a evitar a retomada da violência e ajudar a resolver problemas de carência económica dos antigos combatentes, a CEDEAO apareceu a reivindicar a legitimidade única de mediar o conflito ((ECOWAS, 1997/1998; ECOWAS, 2010; UN/SC, S/1998/698, July 1998; UN/SC, S/1998/825, September 1998; JESUS, 25.01.2022).

Sob desconfiança/acusação de uma ação neocolonial da CPLP e assumindo a legitimidade das suas ações dado à solicitação de intervenção por parte do presidente eleito e pelo fato de ser um problema regional (ECOWAS, 1997/1998), a CEDEAO, com forte suporte de Paris, ‘tirou’ da cena a CPLP se assumindo como principal ator nos processos de paz (JESUS, 25.01.2022). Nesse jogo de poder e protagonismo, a mediação da CEDEAO, o acordo de Paz de Abuja, 1 de novembro de 1998 (ratificado algumas vezes) (RUDEBECK, 1998; UN/SC, S/1998/1028 - 3 November 1998), não conseguiu criar/gerar confiança mútua nos beligerantes (DA SILVA, 26.11.2020; LAIA, 22.01.2022). Aliás, este acordo de Paz assentou numa lógica de edificação de instituições funcionais onde a partilha de poder entre os beligerantes não dissolvia as reais causas da violência. As principais reivindicações da Junta Militar e da força governamental não foram atendidas (MEMORANDUM DE NEGOCIAÇÃO, 01.08.1998; DA SILVA, 26.11.1980; LAIA, 22.01.2022; JESUS, 25.01.2022) o que, aliado às debilidades

<sup>6</sup> Tradução livre do autor. Texto original: “Conscious of the circumstances of the breach between the two countries after his coup in 1980, Vieira was suspicious of Cape Verde’s motivation. The notoriously paranoid, Vieira suspected a Portuguese-Cape Verdean conspiracy to eject him from power. [...] he felt, Portugal and Cape Verde were using the CPLP as a vehicle for their own interests. In his view Portugal was taking the opportunity to reverse Guinea’s approach to the francophone community while Cape Verde was settling scores for his overthrow of Luís Cabral”.

técnicas e económicas da CEDEAO, a incapacidade da ECOMOG monitorizar os acordos de paz (DA SILVA, 26.11.2020; MASSEY, 2004; UN/SC, S/1999/294 - 17 March 1999) acabaram por dificultar a dissolução da violência armada e a edificação sustentável da paz. De fato, a ECOMOG, muito por culpa das suas debilidades, foi incapaz de monitorizar os acordos de paz contribuindo para o retorno da violência armada.

A ECOMOG estabeleceu o seu quartel-general de operação e comando em Bissau, de onde são enviadas as suas tropas para operações noutras partes do país. Devido à falta de equipamento de comunicação adequado, as tropas que operam noutras partes do país regressam geralmente no mesmo dia a Bissau para reduzir o risco de serem cortadas do contacto com o quartel-general da força. Para reforçar as suas atividades de patrulha e reconhecimento em Bissau e no resto do país, o ECOMOG indicou a necessidade, em particular, de veículos com tração às quatro rodas, Organização Marítima Internacional por Satélite e equipamento de radiocomunicação móvel<sup>7</sup> (UN/SC, S/1999/294 - 17 de março de 1999: 3-4).

Como resultado, nem o ‘último ato/confronto final’, 6-7 de maio de 1999, que culminou com a ‘vitória da Junta Militar’ e o exílio de Nino Vieira para Portugal (MASSEY, 2004), pôs fim as crispações, mormente política, na Guiné-Bissau. Ainda hoje o país continua a dar sinais de instabilidade. No mês de fevereiro último o país sofreu mais uma tentativa de golpe de Estado.

## Conclusão

Em forma de conclusão poderemos dizer que os conflitos violentos de 1998-99 na Guiné-Bissau, apesar de ter como causas remotas a disputa entre Nino Vieira e Ansumane Mané, portanto a exoneração deste último pelo Presidente Vieira sob a acusação de estar envolvido no tráfico de armas para o grupo separatista de Casamansa, ela reflete crispações socio-económicas e políticas com raízes longínquas. As violências, mormente sistémica e cultural do processo colonial, a luta armada contra o colonialismo português e o conturbado processo de ‘descolonização’, fomentaram crispações várias com reflexos nocivos no período da construção do Estado pós-colonial. O primeiro golpe militar, 14 de novembro de 1980, além de refletir essas contradições moldou as dinâmicas do poder no país independente. Sob a liderança de Nino Vieira, o país testemunhou a ‘normalização da violência’, mormente sistémica e direta, a corrupção, jogos e/ou disputas pelo poder, acabando por fomentar as crispações sociais e políticas cujo égide foi a violência armada de 1998-99.

A eclosão desse conflito armado, no momento em que a região deparava com inúmeros desafios securitários, incitou uma abordagem ímpar dos líderes regionais. Devido ao receio de que as reivindicações da Junta Militar influenciassem as forças de oposição interna, os líderes regionais, mormente dos países limítrofes, recusaram ouvir as reivindicações da Junta Militar, apoiada pela população civil, apoiando as forças do Nino Vieira. Digamos que, queriam com isso enviar uma mensagem a outros possíveis ‘rebeldes’ de que não tolerariam as suas reivindicações. Aliado às disputas pelo protagonismo e interesse entre as duas ex-potências coloniais, França e Portugal, e face às debilidades, mormente técnico e financeiro da CEDEAO resultantes, em grande parte, das intervenções para a paz na Libéria e Serra Leoa, essa abordagem radical, fez com que as intervenções para a paz da CEDEAO não conseguissem diluir as reais causas da violência e edificar uma paz sustentável no país. Disso se conclui que, à parte as debilidades, mormente técnico-financeiras, a CEDEAO teve de deparar com dinâmicas conflitantes regionais e extraregionais cujas consequências acabaram por ser nocivos nos processos de gestão de conflitos violentos e ‘reconstrução’ da paz.

Acreditamos que esse processo deve servir de alerta, não só para a CEDEAO, mas também às outras organizações

<sup>7</sup> Tradução livre do autor. Texto original: “ECOMOG has established its operational and command headquarters at Bissau, from where its troops are dispatched for operations in other parts of the country. Owing to the lack of adequate communications equipment, troops operating in other parts of the country generally return on the same day to Bissau to reduce the risk of being cut off from contact with the force headquarters. To enhance its patrol and reconnaissance activities in Bissau and elsewhere in the country, ECOMOG has indicated a need, in particular, for four-wheel drive vehicles, International Maritime Satellite Organization and mobile radio communication equipment”.

regionais, mormente africanas. Estas devem perceber que o sucesso das suas operações passa, principalmente, pela coesão e coerência dos seus membros e pela capacidade de fazer face as influências e/ou interesses externos/extra-regionais. É sabido que, principalmente depois da década de 1990, a abordagem multilateral, a coordenação de esforços entre os diferentes atores, passou a ser um elemento importante nos processos de gestão de conflitos e (re)construção da Paz e Segurança. Contudo, as disputas pelo protagonismo e/ou zona de influência das ‘potências’ extra-regionais e, nalguns casos, regionais, acabam por ser nocivos ao processo de paz regional. Isso, ao nosso ver, ficou bem latente no caso da Guiné-Bissau.

## Referências

- ADEBAJO, Adekeye. **Building peace in West Africa**: Liberia Sierra Leone e Guinea-Bissau. Colorado: Lynne Rienner Publishers, Inc, 2002.
- ARQUIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO, Portugal, 942, 5, 22 de fevereiro de 1975, Apontamentos, **Expulsão de um cidadão português da República da Guiné-Bissau**, Lopes da Costa.
- AUGEL, Moema Parente. **O desafio do escombros**: Identidade e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- BAPPAH, Habibu Yaya. Why Peace Fails in Guinea Bissau? A Political Economy Analysis of the ECOWAS-brokered Conakry Accord. **Friedrich Ebert Stiftung**: Peace and Security Series. Dakar, p. 1-46. Disponível em: <https://africanleadershipcentre.org/attachments/article/552/FES-PSCC-Brochure-No26-A4-VA-web-05%20version%20finale-Habib%20Yaya.pdf>. Acesso em 13.03.2021.
- BARI, Samba. **A Guerra de Bissau**: 7 de junho de 1998. Lisboa: Sinapis, 2018.
- BARRETO, João Franco. **História da Guiné, 1418-1918**. Lisboa: Lisboa: J. Barreto, 1938.
- BERMAN, Eric. G.; SAMS, Katie. E. The Peacekeeping Potential of African Regional Organizations. In: BOULDEN, Jane (Ed). **Dealing with Conflict in Africa**: The United Nations and Regional Organizations. New York: Palgrave Macmillan, 2003. p. 35-78.
- BOOTH, Ken. Security and Emancipation. **Review of International Studies**. [Online], vol. 17, nº 4, pp. 313-326, 1991. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20097269>. Acesso em 20.10.2017.
- BOXER, Charles Ralph. **O Império marítimo português**: 1415-1825. Trad. Inês Silva Duarte. Lisboa: Edições 70, 2019.
- BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; WILDE, Jaap. **Security**: a new framework for analysis. Colorado: Lynne Rienner Publishers, 1998.
- BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; WILDE, Jaap. **Regions and Powers**: the Structure of International Security. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- CARDOSO, Carlos. A Ideologia e a prática da colonização portuguesa na Guiné e o seu impacto na estrutura social, 1926-1973. **Soronda - Revista de Estudos Guineense**. Bissau v.14, p. 29-64, 1992. Disponível em: <https://www.africabib.org/rec.php?RID=A00000629>. Acesso em 13.03.2021.
- CORREIO DA MANHÃ (18.11.1980) **Guiné Conakry ajudou no golpe – afirma o jornal Le Monde**.
- CORVO, João de Andrade. **Estudos sobre as Províncias Ultramarinas**. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1883.
- DA SILVA, Francisco Henriques. **Crónicas dos (Des)feitos da Guiné**. Coimbra: Almedina, 2014.
- DA SILVA, Francisco Henriques. Embaixador de Portugal na Guiné-Bissau (1998). A intervenção da CPLP e da CEDEAO na Guiné-Bissau. Entrevistador: Mário Elisandro Gonçalves. Porto, Portugal: Realizada Via Zoom, 26.11.2020 (64 min).
- DHADA, Mustafah. **Warriors at Work-How Guinea Was Really Set Free**. Colorado: University Press of Colorado, 1993.
- DAVIDSON, Basil. The liberation of Guine: Aspects of an African revolution. Londres: Harmondsworth - Penguin, 1969.
- DUMBUYA, P. A. ECOWAS Military Intervention in Sierra Leone: Anglophone-Francophone Bipolarity or Multipolarity?. *Journal of Third World Studies*. V. 25, n. 2, p. 83-102, 2008. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/292384414\\_ECOWAS\\_military\\_intervention\\_in\\_Sierra\\_Leone\\_Anglophone-Francophone\\_bipolarity\\_or\\_multipolarity](https://www.researchgate.net/publication/292384414_ECOWAS_military_intervention_in_Sierra_Leone_Anglophone-Francophone_bipolarity_or_multipolarity). Acesso em 13.02.2021.
- ECOWAS (1998) Annual Report of the Executive Secretary Mr. Lansana Kouyate, Abuja, Nigéria.

ECOWAS (1998-1999) Annual Report of the Executive Secretary Mr. Lansana Kouyate, Abuja, Nigéria.

ECOWAS (1997/1998) Annual Report of the Executive Secretary Mr. Lansana Kouyate, Abuja, Nigéria.

ECOWAS, (2010) **Compendium of ECOWAS Peace and Security decision**: Protocols, Declarations and Peace Agreements, Compiled by: Emmanuel Kwesi Aning; Emma Birikorang And Thomas Jaye, Published by Kofi Annan International Peacekeeping Training Centre (KAIPTC) in collaborations with German Development Cooperation with support from the Training for Peace Programme, Accra, Gana.

ECW/CMXLIV/3 - ECOWAS Forty-fourth Ordinary Session of the Council of Ministers, Intern Report of the executive Secretary- Lansana Kouyate. ECOWAS. Abuja, p. 55-58. 1999.

ECW/CMXLIV/3 - ECOWAS Forty-fourth Ordinary Session of the Council of Ministers, **Intern Report of the executive Secretary- Lansana Kouyate**, Abuja, 29-31 July 1999.

EMBALÓ, Birgit. Civil-military relations and political order in Guinea-Bissau. **The Journal of Modern African Studies**. V.50, n. 2, p. 253-281, 2012. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-modern-african-studies/article/abs/civilmilitary-relations-and-political-order-in-guineabissau/120520BC168EBC89753551D6271F9BFF>. Acesso em 20.02.2021).

FABIÃO, Carlos. **A descolonização na Guiné Bissau**. Disponível em: <https://a25abril.pt/wp-content/uploads/2019/01/DescolonizacaoFabiao.pdf>

FERREIRA, Alberto Ferreira. Jornalista e ex-cooperante na área de formação jornalístico na Guiné-Bissau - 1978-1985 - 1987. Conflitos violentos na Guiné-Bissau. Entrevistador: Mário Elisandro Gonçalves. Porto, Portugal, 17.06.2016 (56 min).

FERREIRA, Eduardo de Sousa. **O fim de uma Era**: O colonialismo português em África. Trad. Maria Nazaré de Campos. Lisboa: Livraria Sá Costa, 1977.

FERREIRA, Patrícia Magalhães. Guinea-Bissau: Between conflict and democracy. **African Security Review**. V. 13, n. 4, p. 45-56, 2004. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10246029.2004.9627317>. Acesso em 12.02.2021.

FREIRE, João. **A colonização portuguesa da Guiné - 1880-1960**: Contributos sobre o papel da Marinha com dois apêndices sobre Cabo Verde e São Tomé e sobre a caça aos negreiros de Angola. Lisboa: Comissão Cultural da Marinha, 2018.

FREIRE, Maria Raquel; LOPES, Paula Duarte. Reconceptualizar a paz e a violência: Uma análise crítica. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra, n. 82, p. 13-26, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/614>. Acesso 13. 02. 2021.

FREIRE, Maria Raquel; LOPES, Paula Duarte. A segurança internacional e a institucionalização da manutenção da paz no âmbito da ONU: riscos e expectativas. **E-cadernos – Centro de Estudos Sociais**. Coimbra, n. 6, p. 5-23, 2009. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/36168>. Acesso em 20.10.2021.

GALTUNG, Joahn. Violence, Peace, and Peace research. **Journal of Peace Research**. [Online], vol. 6, nº 3, p. 167-191, 1969. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/422690>. Acesso em 15. 10.2017.

GALTUNG, Joahn. Cultural Violence. **Journal of Peace Research**. [Online], vol. 27, nº 3, p. 291-305, 1990. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0022343390027003005>. Acesso em 15.10.2017.

GALTUNG, Joahn. Três formas de Violência, três formas de Paz: A Paz, a Guerra e a formação social indo-europeia”. Trad. João Paulo Moreira, **Revista Crítica de Ciência Sociais**. Coimbra, vol. 71, p. 63-75, 2005. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/271149970\\_Tres\\_formas\\_de\\_violencia\\_tres\\_formas\\_de\\_paz\\_A\\_paz\\_a\\_guerra\\_e\\_a\\_formacao\\_social\\_indo-europeia](https://www.researchgate.net/publication/271149970_Tres_formas_de_violencia_tres_formas_de_paz_A_paz_a_guerra_e_a_formacao_social_indo-europeia). Acesso em 15.10.2017.

GOLIAS, Jorge Sales. **A descolonização da Guiné-Bissau e o movimento dos capitães**, Cidade: Editora, 2017

GOMES, Antonieta Rosa. O Conflito de Casamansa e as Relações de Poder na Senegâmbia: Senegal, Guiné-Bissau e Gâmbia. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 38, p. 217-237, 2019. Disponível em: <https://www.africabib.org/rec.php?RID=A00006219>. Acesso em 13.02.2022.

GOMES, Carlos Matos. A africanização na guerra colonial e as suas sequelas: Tropas locais - os vilões nos ventos da história. In: MENEZES, Maria Paula; MARTINS, Brun. S. **As Guerras de Libertação e os sonhos coloniais**: Alianças secretas, mapas imaginados. Coimbra: Almedina, 2014, p. 122-141.

HENRIQUES, Isabel Castro. Colonialismo e História. **Centro de estudos sobre África, Ásia e América Latina, ISEG**. Lisboa, Documentos de Trabalho nº 132, 2015. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/7815/1/WP132.pdf>. Acesso em 10.01.2022.

HERZ, Mônica. O Tratamento da Segurança Regional pela Disciplina de Relações Internacionais. **Instituto de Relações Internacionais, PUC – Rio**. Rio de Janeiro, p. 1-19, 2005. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/86585177/HERZ-2005-O-Tratamento-da-Seguranca-Regional-pela-disciplina-de-Relacoes-Internacionais>. Acesso em 15. 02.2021.

HETTNE, Björn; SÖDERBAUM, Fredrik. A Regional Approach to Conflict Prevention and Management. In the Conference: **Comparing Different Approaches to Conflict Prevention and Management**: Korean Peninsula and the Taiwan Strait. Stockholm:16-17 de

Dezembro, 2005. Disponível em: [https://isd.eu/content/uploads/images/stories/isd-main-pdf/2006\\_ledberg\\_comparing-different-approaches.pdf](https://isd.eu/content/uploads/images/stories/isd-main-pdf/2006_ledberg_comparing-different-approaches.pdf). Acesso em 13. 12. 2021.

ISMAIL, Olawale. Toward a Community of practice: ECOWAS and Peace and Security Policy Communities. **African Peace Building Network**. West Africa: working paper n. 3, p. 1-43. 2015. Disponível em: [http://webarchive.ssrc.org/working-papers/APN\\_WorkingPapers03\\_Ismail.pdf](http://webarchive.ssrc.org/working-papers/APN_WorkingPapers03_Ismail.pdf). Acesso em 18. 01. 2022.

JESUS, José Luís. Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidade de Cabo Verde (1998-1999). A intervenção da CPLP e da CEDEAO na Guiné-Bissau. Entrevistador: Mário Elisandro Gonçalves. Porto, Portugal: Realizada via Zoom, 25.01.2022 (72 min).

JORNAL DE NOTÍCIAS (17.07.1998: 12) **Grupo dos sete vai a Bissau e a Timor- Abertura oficial da Cimeira de Estados lusófonos marcado pela ameaça do Senegaleses à integridade guineense** - Por Domingos de Andrade.

KABIA, John M. Regional approaches to peacebuilding: The ECOWAS peace and Security architecture. **BISA-Africa and International Studies ESRC seminar series**: African Agency in International Politics. Birmingham, 7 de abril de 2011. Disponível em: <https://www.open.ac.uk/socialsciences/bisa-africa/files/africanagency-seminar2-kabia.pdf>. Acesso em 12.03.2021.

KOVSTED, Jens; TARP, Finn. **Guinea-Bissau: War, Reconstruction and Reform**. United Nation University (UNU)/World Institute for Development Economics Research (WIDER). Working Paper, Nº 168, 1999. Disponível em: <https://www.wider.unu.edu/sites/default/files/wp168.pdf>. Acesso em 10.11.2021.

LAI, General. Participou na Missão da ECOMOG na Guiné-Bissau tendo liderado a Missão entre 2012-2016. The ECOWAS intervention in Guinea-Bissau. Entrevistador: Mário Elisandro Gonçalves. Comissão da CEDEAO, Abuja, Nigéria, 28.02.2020 (63 min).

LAIA, Coronel António. Adido de Defesa de Portugal na Guiné-Bissau, (1998). A intervenção da CPLP e da CEDEAO na Guiné-Bissau. Entrevistador: Mário Elisandro Gonçalves. Porto, Portugal: Realizada via zoom, 2.01.2022 (57 min).

LEPGOLD, Joseph. Regionalism in the Post-Cold War Era: Incentives for Conflict Management. In: DIEHL, Paul F.; LEPGOLD, Joseph (Eds). **Regional Conflict Management**. New York: [s.n.], 2003, p. 9-40.

LOPES, Carlos. **Etnia, Estado e Relações de Poder na Guiné-Bissau**. Lisboa: Biblioteca de Estudos Africanos, 1982.

MACEDO, Jorge Borges. **História da Diplomacia Portuguesa**: Constantes e Linhas de Força. Lisboa: Tribuna da História, 2016.

MACQUEEN, Norrie. A Community of Illusions? Portugal, the CPLP and Peacemaking in Guiné-Bissau. **International Peacekeeping**. London, V. 10, n.2, p. 1-26, 2003. Disponível em: [https://www.academia.edu/1362444/A\\_Community\\_of\\_Illusions\\_Portugal\\_the\\_CPLP\\_and\\_Peacemaking\\_in\\_Guin%C3%A9-Bissau](https://www.academia.edu/1362444/A_Community_of_Illusions_Portugal_the_CPLP_and_Peacemaking_in_Guin%C3%A9-Bissau). Acesso em 10.11.2021.

MACQUEEN, Norrie. Widening trajectories: Guinea Bissau and Cape Verde since Independence. **Instituto Português de Relações Internacionais**. Relações Internacionais, p. 1-17, 2006. Disponível em: [https://www.academia.edu/6220181/Widening\\_Trajectories\\_Guinea-Bissau\\_and\\_Cape\\_Verde\\_since\\_Independence](https://www.academia.edu/6220181/Widening_Trajectories_Guinea-Bissau_and_Cape_Verde_since_Independence). Acesso em 13.02.2022.

MASSEY, Simon. Multi-faceted Mediation in Guinea-Bissau Civil War. **Scientia Militaria - South African Journal of Military Studies**. V. 32, n. 1, p. 76-95, 2004. Disponível em: <https://www.ajol.info/index.php/smsajms/article/view/81082>. Acesso em 13.02.2022.

MATEUS, Dalila Cabrita. **A Luta pela Independência**: A formação das Elites fundadores da FRELIMO, MPLA e PAIGC. Lisboa: Editorial Inquérito, 1999.

MEMORANDUM DE NEGOCIAÇÃO, Comando Supremo da Junta Militar para a Consolidação da Democracia, Paz e Justiça, Bissau, 1º de agosto de 1998.

MENDY, Peter Karibe. Portugal's Civilizing Mission in Colonial Guinea-Bissau: Rhetoric and Reality. *The International Journal of African Historical Studies*. Boston, v. 36, n. 1, Special Issue: Colonial Encounters between Africa and Portugal, p. 35-58, 2003. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3559318> . Acesso em 13.02.2022.

MORNING STAR (28.11.2020) **Touré Tramples on Cabral's Guinea – Paul Fauvet looks behind the racist overtones and reports on the recente coup in Guinea-Bissau**.

MORTIMER, Robert A. Senegal's Rôle in Ecomog: The Francophone Dimension in the Liberian Crisis. **The Journal of Modern African Studies**. Cambridge, v. 34, n. 2, p. 293-306, 1996. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/162034> . Acesso 13.02.2022.

OBI, Cyril I. Economic Community of West African States on the ground: Comparing peacekeeping in Liberia, Sierra Leone, Guinea-Bissau, and Côte D'Ivoire. **African Security**, v. 2, n. 2-3: Regional Organizations in African Security, p. 119-135, 2009. <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/19362200903361945>. Acesso em 10.12.2021.

PALÉ, Coronel Ollo Alain. Chefe da divisão do PSOD - Peace Suport Operation Division of ECOWAS. The ECOWAS intervention in Guinea-Bissau. Entrevistador: Mário Elisandro Gonçalves. Comissão da CEDEAO, Abuja, Nigéria, 8.02.202 (59 min).

PECK, Connie. **Sustainable peace**: The role of the UN and Regional Organizations in preventing conflict. New York: Rowman & Littlefield Publishers, 1998.

PÉLISSIER, René. **História da Guiné**: Portugueses e Africanos na Senegâmbia - 1841-1936. Trad. Francisco de Sousa. Lisboa: Estampa, 1997.

PEREIRA, José Augusto. O PAIGC perante o dilema cabo-verdiano (1959- 1974). **Dissertação de Mestrado**, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Portugal, 2008, (187 pp.).

PUBLICO (9.06.1998) “A Bravura de Casamansa”, por Jorge Heitor.

PUBLICO (13.06.1998) “Jogos de força na África Ocidental”, por Jorge Heitor.

ROQUE, Sílvia. Peacebuilding In Guinea-Bissau: A Critical Approach. **Norwegian Peacebuilding Centre**. Guinea Bissau Report, p. 1-22, 2009. Disponível em: [https://www.academia.edu/2009051/Peacebuilding\\_In\\_Guinea-Bissau\\_A\\_Critical\\_Approach](https://www.academia.edu/2009051/Peacebuilding_In_Guinea-Bissau_A_Critical_Approach). Acesso em 13.02.2022.

RUDEBECK, Lars. Guinea-Bissau: Military Fighting Breaks Out. *Lusotopie*. [Online], n. 5, p. 25-30, 1998. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/luso\\_1257-0273\\_1998\\_num\\_5\\_1\\_1139](https://www.persee.fr/doc/luso_1257-0273_1998_num_5_1_1139). Acesso em 13.02.2022.

RUDEBECK, Lars. On Democracy's Sustainability: Transition in Guinea-Bissau. **Sida Studies**, Stockolm, n. 4, 2001. Disponível em: <https://www.sida.se/en/publications/on-democracys-sustainability-transition-in-guinea-bissau>. Acesso em 13.02.2022.

SANGREMAN, Carlos; et all. **A evolução política recente na Guiné-Bissau**: as eleições presidenciais de 2005, os conflitos, o desenvolvimento, a sociedade civil. Centro de Estudo sobre África e do Desenvolvimento da Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, Documentos de Trabalho nº 70, 2006. Disponível em: <https://cesa.rc.iseg.ulisboa.pt/RePEc/cav/cavwpp/wp70.pdf>. Acesso em 13.02.2022.

SILVA, António E. F. D. **Invenção e construção da Guiné-Bissau**: Administração colonial/ Nacionalismo/ Constitucionalismo. Coimbra: Edições Almedina S.A, 2010.

SILVA, António E. F. D. **A presença portuguesa na Guiné**: História Política e Militar - 1878-1926. Porto: Caminhos Romanos, 2016.

SOUSA, Julião Soares. **Amílcar Cabral**: Vida e morte de um revolucionário africano. Edição revista, corrigida e aumentada. Coimbra: [s.n.], 2016.

TEMUDO, Marina Padrão. From ‘People’s Struggle’ to ‘This War of Today’: Entanglements of Peace and Conflict in Guinea-Bissau. **Africa – Journal of the International African Institute**. [Online], v. 78, n. 2, p. 245-263, 2008. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/29734326> . Acesso em 13.02.2022.

UN/SC, S/1998/698, **Letter dated 28 July 1998 from the Permanent Representative of Cape Verde to the United Nations Addressed to the President of Security Council**, 28 July 1998.

UN/SC, S/1998/1028, **Letter dated 3 November 1998 from the Permanent Representative of Nigeria to the United Nation Addressed to the President of Security Council**, 3 November 1998.

UN/SC, S/1998/825, **Letter dated 1 September 1998 from the Representatives of Cape Verde and Côte D’Ivoire to the United Nations addressed to the President of the Security Council**, 1 September 1998.

UN/SC, S/1999/294, Report of the Secretary-General Pursuant to Security Council Resolution 1216 (1998) Relative to the Situation in Guinea-Bissau, 17 March 1999.

USMAN, General Yussuf. Director of Ecomog Stand by Force. The ECOWAS intervention in Guinea-Bissau. Entrevistador: Mário Elisandro Gonçalves. Comissão da CEDEAO, Abuja, Nigéria, 4.03.2020 (52 min).

WAEVER, Ole; et all. **Identity, Migration and the New Security Agenda in Europe**. London: London Pinter, 1993.

ZECA, Emílio Jovando. Organizações Regionais e Processos de Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos em África: Experiências da SADC, CEDEAO e IGAD. **Conjuntura Global**. Curitiba, v. 6, n. 2, p. 191-226, 2017. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/319194434\\_Organizacoes\\_Regionais\\_e\\_Processos\\_de\\_Prevencao\\_Gestao\\_e\\_Resolucao\\_de\\_Conflitos\\_em\\_Africa\\_Experiencias\\_da\\_SADC\\_CEDEAO\\_e\\_IGAD](https://www.researchgate.net/publication/319194434_Organizacoes_Regionais_e_Processos_de_Prevencao_Gestao_e_Resolucao_de_Conflitos_em_Africa_Experiencias_da_SADC_CEDEAO_e_IGAD). Acesso 12.02.2022.

#### *Funções de colaboração exercidas*

Mário Elisandro Correia Gonçalves:

Conceitualização; Metodologia; Validação; Curadoria de dados; Administração do projeto; Visualização; Análise formal; Recursos; Obtenção de financiamento; Software; Investigação; Supervisão; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);

Informações fornecidas pelo autor de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)